



CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

CATÓLICA
GOV

MES
TRA
DOS DIREITO
2020 | 2021

MESTRADO EM DIREITO

ADMINISTRATIVO
CONTRATAÇÃO PÚBLICA
AMBIENTE, URBANISMO
E ENERGIA

14ª EDIÇÃO

PARCEIRO

Sérvulo

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL

MESTRADO EM DIREITO

ADMINISTRATIVO

O Direito Administrativo geral tem conhecido uma profunda mudança, motivada pelas alterações significativas aos principais diplomas enquadradores - como o CPA, o CPTA e o CCP -, reclamando da Universidade e dos práticos a atenção a institutos novos ou a revisitação de temas clássicos do Direito Administrativo, seja na matéria dos princípios, do procedimento administrativo, das formas de atuação administrativa ou da contratação pública. Por isso, o Mestrado em Direito Administrativo apresenta-se, cada ano, como um mestrado renovado.

Saídas Profissionais

- / Advocacia no domínio do direito administrativo
- / Carreiras superiores da administração pública
- / Assessoria à administração de empresas
- / Assessoria em empresas públicas ou em empresas com relações com a administração pública
- / Magistraturas

Destinatários

Licenciados em Direito, tanto recém-licenciados como juristas já em fase de afirmação profissional na advocacia, na administração e nas magistraturas.



CATOLICA
GOV

Coordenador



/ RUI MEDEIROS

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica. Doutorado em 1999 e com Agregação em 2016. Sócio da Sociedade de Advogados Sêrvulo & Associados. Membro do Grupo Europeu de Direito Público. Presidente do grupo de trabalho incumbido da preparação do anteprojeto do Código dos Contratos Públicos. Tem colaborado na elaboração de diversos diplomas legislativos, com destaque para a lei da responsabilidade civil dos poderes públicos, a lei da água, a reforma do PEAASAR (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas) e a revisão do estatuto político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Características

SÓLIDA FORMAÇÃO DE BASE

Através de cinco disciplinas de base, os alunos aprofundarão a sua formação nas áreas centrais do Direito Administrativo geral que a atividade profissional nesta área exige.

MÉTODO DE ENSINO PERSONALIZADO

Através de um número limitado de alunos, criamos uma relação de proximidade entre o corpo docente e discente, concretizando a aposta num método de ensino que cultiva a discussão e a participação efetiva dos mestrandos.

O Mestrado recusa o modelo de aulas magistrais, em auditório, e adota um modelo de “mesa-redonda”, em que todos são chamados a colaborar na discussão, que não prescinde do conhecimento e olhar crítico da jurisprudência dos tribunais administrativos.

/ UNIDADES CURRICULARES DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA, AMBIENTE, URBANISMO E ENERGIA

Possibilidade de aprofundar a formação geral em domínios fundamentais do Direito Administrativo especial: Contratação Pública, Ambiente, Urbanismo e Energia.

Ao contrário do que poderia pensar-se, a importância do Direito Administrativo não só não diminuiu como tende a aumentar no atual contexto económico, social e político. Independentemente das opções de fundo acerca do papel do Estado, a presença do Direito Administrativo deteta-se hoje mesmo nos sectores da ordem jurídica que tradicionalmente lhe estavam imunes. A necessidade de uma sólida formação jurídico-administrativa faz-se, portanto, sentir mais que nunca. Em particular, a mutabilidade conjuntural intrínseca do Direito Administrativo revela-se com clareza nestes tempos de mudança acelerada, com extensas revisões legislativas recentes ou próximas em sectores-chave da ordem jurídica administrativa, como os do procedimento e do processo administrativos, do regime substantivo das formas de atuação administrativa e da contratação pública. Mais que ter conhecimentos de Direito Administrativo é, assim, preciso aprofundá-los em permanência, designadamente mediante graus académicos que permitam adquirir fatores de diferenciação académica e profissional. Para isto é imprescindível a qualidade e a credibilidade dos ciclos de estudos no meio universitário e no mercado de trabalho. E, nestes aspetos, o Mestrado em Direito Administrativo da Católica, que foi agora novamente revisto de modo a adequar-se às expetativas mais exigentes, é praticamente impossível de ultrapassar.



ANDRÉ SALGADO DE MATOS

/ Docente do Mestrado



Estrutura (1)

PARTE LETIVA

1º E 2º SEMESTRES [60 ECTS]:

Início | setembro de 2020

Fim | julho de 2021

ELABORAÇÃO E DISCUSSÃO DO TRABALHO FINAL

3º SEMESTRE [35 ECTS]

Entrega do trabalho final | até 31 de março de 2022

Discussão em Provas Públicas | data a definir

Programa (2)

Havendo vagas e compatibilidade de horários, pode optar-se por disciplinas de outros programas de Mestrado em Direito da Católica, até um total de 18 ECTS.

1º SEMESTRE

Princípios Fundamentais de Direito Administrativo

| 6 ECTS | André Salgado de Matos

Formas de Atuação Administrativa | 6 ECTS |

Luís Sousa da Fábrica

Responsabilidade Civil dos Poderes Públicos

| 6 ECTS | Rui Medeiros

Mérito, Legalidade e Controlo de Proporcionalidade da Atividade Administrativa | 3 ECTS |

Tiago Macieirinha

Administrações Públicas Nacionais e Direito da

União Europeia | 3 ECTS | Patrícia Fragoso Martins

Direito Administrativo Empresarial

| 6 ECTS | Margarida Olazabal Cabral

2º SEMESTRE

Procedimento Administrativo | 6 ECTS |

Filipa Urbano Calvão / Tiago Macieirinha

Questões Fundamentais do

Direito Processual Administrativo

| 6 ECTS | Mário Aroso de Almeida

Arbitragem Administrativa | 3 ECTS |

Marta Portocarrero

UNIDADES CURRICULARES DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Formação dos Contratos Públicos | 6 ECTS |

João Amaral e Almeida

Invalidez Contratual e Pré-Contratual | 6 ECTS |

Luís Sousa da Fábrica

Execução e Modificação dos Contratos | 6 ECTS |

Tiago Duarte

UNIDADES CURRICULARES DE AMBIENTE E URBANISMO

Direito da Energia | 6 ECTS |

Lino Torgal / Rui de Oliveira Neves

Direito do Urbanismo | 6 ECTS | André Salgado de Matos

Direito do Ambiente | 6 ECTS | Armando Rocha

DISCIPLINA OBRIGATÓRIA GERAL

Metodologia da Investigação Jurídica | 3 ECTS |

Rui Pinto Duarte

DISCIPLINA OPTATIVA GERAL

Estratégia e Retórica Forense | 3 ECTS | Rogério Alves

(1) É possível a abertura da parte letiva em fevereiro de 2021 dependendo da disponibilidade de vagas.

(2) O programa apresentado poderá sofrer alterações que serão oportunamente indicadas em: www.fd.lisboa.ucp.pt

Corpo Docente

/ ANDRÉ SALGADO DE MATOS

Docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Consultor da Campos Ferreira, Sá Carneiro e Associados.

/ ARMANDO ROCHA

Vice-Diretor da Católica Global School of Law e Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

/ FILIPA URBANO CALVÃO

Professora da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

/ JOÃO AMARAL E ALMEIDA

Sócio da Sérvulo & Associados. Membro do Grupo de Trabalho que elaborou o Código dos Contratos Públicos.

/ LINO TORGAL

Sócio da Garrigues.

/ LUÍS SOUSA DA FÁBRICA

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Consultor da Abreu Advogados.

/ MARGARIDA OLAZABAL CABRAL

Sócia da Morais Leitão.

/ MÁRIO AROSO DE ALMEIDA

Diretor Nacional e Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

/ MARTA PORTOCARRERO

Professora da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

/ PATRÍCIA FRAGOSO MARTINS

Professora da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Consultora da Campos Ferreira, Sá Carneiro e Associados.

/ RUI DE OLIVEIRA NEVES

Diretor Geral da Galp Energia.

/ RUI MEDEIROS

COORDENADOR

/ RUI PINTO DUARTE

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Consultor da Campos Ferreira, Sá Carneiro & Associados.

/ TIAGO DUARTE

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Sócio da PLMJ.

/ TIAGO MACIEIRINHA

Docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Nos últimos 4 anos, a Católica e o Direito Administrativo conquistaram-me. Terminada a licenciatura, não tive dúvidas sobre o caminho a seguir: o Mestrado em Direito Administrativo, na Católica. Hoje, em cada sessão do mestrado, cada debate com colegas e professores constitui um desafio e relembra-me que a Católica foi a escolha certa.

Escolhendo as disciplinas e as questões a investigar nos trabalhos, tenho tido a oportunidade de explorar as matérias em que, dentro da tão especial área que é o Direito Administrativo, mais interesse tenho.

Perante a necessidade de aprofundamento de conhecimentos adquiridos na licenciatura, a Católica responde com um plano curricular completo, um corpo docente de excelência e um método de ensino que potencia o espírito crítico. Assim, para todos os que vejam no Direito Administrativo a sua área de eleição, o mestrado em Direito Administrativo na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP é, sem dúvida, a escolha certa.



BEATRIZ FARIA

/ Licenciada em Direito pela Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP

/ Advogada estagiária na Sérvulo & Associados a partir de setembro de 2020

ADMINISTRATIVO

Parceiro



JOÃO AMARAL E ALMEIDA

/ Sócio da Sérvulo & Associados

A Sérvulo & Associados assume como marca genética e identitária, claramente diferenciadora da sua posição no mercado da advocacia, uma forte ligação à Academia. Na verdade, a nossa convicção – e a nossa experiência – é a de que só um sólido conhecimento teórico potencia uma assessoria jurídica de excelência, num mercado de advocacia crescentemente complexo, competitivo e global.

A continuação do apoio a este renovado Mestrado, que concilia uma importante vertente teórica e uma relevante dimensão prática, é expressão desta convicção e contribui para dotar os participantes nestes cursos de competências especializadas, indispensáveis a uma carreira profissional bem sucedida.

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL

MES
TRAS
DOS DIREITO
2020 | 2021

Tendo sentido um especial interesse pelo Direito Administrativo no decorrer da Licenciatura, desde cedo procurei expandir os meus conhecimentos nesta área jurídica.

Com o rigor e a qualidade de ensino que se espera da UCP, este Mestrado apresenta um equilíbrio interessante entre a teoria e a prática, sendo os alunos desafiados a desenvolver um olhar crítico sobre as matérias abordadas. Assim, o diálogo é a palavra de ordem deste Mestrado, uma vez que todos são convidados a participar abertamente no debate em aula, contribuindo para um verdadeiro ambiente de proximidade docente-aluno.

No âmbito do programa curricular, acresce ainda a possibilidade de adquirir competências em áreas especializadas de enorme relevância tais como a Contratação Pública, o Urbanismo, o Ambiente e a Energia, tudo isto aliado a um corpo docente de excelência.



**GONÇALO
VERSOS ROLDÃO**

/ Licenciado em Direito pela Universidade
Nova de Lisboa

A especialização é cada vez mais exigida para o exercício de uma profissão jurídica.

A Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Católica disponibiliza **cinco programas de Mestrado diferenciados, orientados para o exercício profissional.**

Cada programa oferece um vasto conjunto de cadeiras opcionais, permitindo que os alunos componham o leque de disciplinas da parte letiva de acordo com as suas preferências.

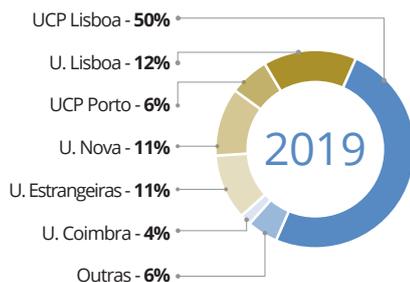
Empregabilidade

Segundo a Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, **98,4%** dos alunos que obtiveram o grau de mestre na Escola de Lisboa da FD da UCP, entre os anos de 2015 e 2018, estão empregados.

/ Em 2019, **60%** dos do total de advogados estagiários recrutados frequentaram um **Mestrado**.*

/ **50%** do total de Advogados Estagiários recrutados em 2019 frequentaram o Mestrado na FD UCP (Lisboa)*

ADVOGADOS ADMITIDOS EM 2019*



* Estudo realizado com as entidades participantes do JobShop em novembro de 2019.

Principais Características

- / Critérios de admissão rigorosos;
- / Métodos de ensino inovadores em que se valoriza fortemente a participação dos alunos no processo de aprendizagem;
- / Elevada exigência imposta ao longo de todo o percurso académico;
- / Corpo docente constituído por professores com elevada experiência académica e prática.

Benefícios

1. O **Gabinete de Carreiras** realiza anualmente o **Jobshop** onde todos os alunos têm contacto privilegiado com futuros recrutadores. Promove, ao longo de todo o ano letivo, iniciativas e atendimento personalizado para que o processo de candidatura a estágios ou emprego decorra com sucesso;

2. **Aprofundamento de competências** fundamentais que não são habitualmente trabalhadas nas Universidades, destacando-se as disciplinas de Práticas Processuais e de Retórica Forense;

3. Realização de um semestre letivo numa Universidade estrangeira através do **Programa de Mobilidade Internacional**:

- / Catholic University of Leuven – Faculty of Law, Bélgica
- / Center for Transnational Legal Studies, London, UK
- / China University of Political Science and Law, Beijing, China
- / EBS Law School, Wiesbaden, Alemanha
- / ESADE Law School - Universitat Ramon Llull, Barcelona, Espanha
- / Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, Brasil
- / Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Brasil
- / IDC Herzliya - Radzyner School of Law, Herzliya, Israel
- / IE Law School, Madrid, Espanha
- / Tilburg University, Tilburg, Holanda
- / Universidad de los Andes, Bogotá, Colombia
- / University of Antwerp, Bélgica
- / University of Fribourg, Suíça
- / University of Maastricht, Holanda
- / University of Oslo, Norway
- / Universidade Pontificia de Comillas, Madrid, Espanha
- / University of Utrecht, Holanda
- / University of Houston, Houston TX, USA
- / University of Iowa, Iowa City, IA, USA
- / Washington University in St. Louis, MO, USA

Informação Geral

CANDIDATURA

Licenciatura em Direito.

A aceitação da candidatura está dependente do perfil académico do candidato.

Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- / Boletim de candidatura
- / Carta pessoal de motivação
- / Certificado de habilitações discriminado
- / Curriculum vitae
- / 2 fotografias

HORÁRIO

As aulas decorrerão, habitualmente, de 2ª a 6ª feira.

PROPINAS

€19,10 por ECTS por mês

1º semestre: 30 ECTS x €19,10 =
5 mensalidades de €573,00

2º semestre: 30 ECTS x €19,10 =
5 mensalidades de €573,00

3º semestre - elaboração do
trabalho final: 35 ECTS =

5 mensalidades de €350,00

Propina global dos 3 semestres:
€7.480,00

BOLSA DE MÉRITO

O aluno mais bem classificado na parte curricular do Mestrado beneficiará de uma bolsa de mérito cobrindo a propina da dissertação.

Contactos

- / mestradosdireito@fd.lisboa.ucp.pt
- / Telefone 217 214 174

Faculdade de Direito - Escola
de Lisboa
Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima, 1649-023 LISBOA
www.fd.lisboa.ucp.pt

